

Polónio, D. (1997). Pragmática linguística: coesão e coerência textual. *Millenium*, 8

PRAGMÁTICA LINGUÍSTICA: COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL

DIOGO MARIA DE MATOS POLÓNIO *

* Licenciado em Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Introdução

Este trabalho foi realizado no âmbito do Seminário Pedagógico sobre Pragmática Linguística e Os Novos Programas de Língua Portuguesa, sob orientação da Professora-Doutora Ana Cristina Macário Lopes, que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Procurou-se, no referido seminário, reflectir, de uma forma geral, sobre a incidência das teorias da Pragmática Linguística nos programas oficiais de Língua Portuguesa, tendo em vista um esclarecimento teórico sobre determinados conceitos necessários a um ensino qualitativamente mais válido e, simultaneamente, uma vertente prática pedagógica que tem necessariamente presente a aplicação destes conhecimentos na situação real da sala de aula.

Nesse sentido, este trabalho pretende apresentar sugestões de aplicação na prática docente quotidiana das teorias da pragmática linguística no campo da coerência textual, tendo em conta as conclusões avançadas no referido seminário.

Será, no entanto, necessário reter que esta pequena reflexão aqui apresentada encerra em si uma minúscula partícula de conhecimento no vastíssimo universo que é, hoje em dia, a teoria da pragmática linguística e que, se pelo menos vier a instigar um ponto de partida para novas reflexões no sentido de auxiliar o docente no ensino da língua materna, já terá cumprido honestamente o seu papel.

Coesão e Coerência Textual

Qualquer falante sabe que a comunicação verbal não se faz geralmente através de palavras isoladas, desligadas umas das outras e do contexto em que são produzidas. Ou seja, uma qualquer sequência de palavras não constitui forçosamente uma frase.

Para que uma sequência de morfemas seja admitida como frase, torna-se necessário que respeite uma certa ordem combinatória, ou seja, é preciso que essa sequência seja construída tendo em conta o sistema da língua.

Tal como um qualquer conjunto de palavras não forma uma frase, também um qualquer conjunto de frases não forma, forçosamente, um texto.

Precisando um pouco mais, um texto, ou discurso, é um objecto materializado numa dada língua natural, produzido numa situação concreta e pressupondo os participantes locutor e alocutário, fabricado pelo locutor através de uma selecção feita sobre tudo o que é dizível por esse locutor, numa determinada situação, a um determinado alocutário¹.

Assim, materialidade linguística, isto é, a língua natural em uso, os códigos simbólicos, os processos cognitivos e as pressuposições do locutor sobre o saber que ele e o alocutário partilham acerca do mundo são ingredientes indispensáveis ao objecto texto.

Podemos assim dizer que existe um sistema de regras interiorizadas por todos os membros de uma comunidade linguística. Este sistema de regras de base constitui a competência textual dos sujeitos, competência essa que uma gramática do texto se propõe modelizar.

Uma tal gramática fornece, dentro de um quadro formal, determinadas regras para a boa formação textual. Destas regras podemos fazer derivar certos julgamentos de coerência textual.

Quanto ao julgamento, efectuado pelos professores, sobre a coerência nos textos dos seus alunos, os trabalhos de investigação concluem que as intervenções do professor a nível de incorrecções detectadas na estrutura da frase são precisamente localizadas e assinaladas com marcas convencionais; são designadas com recurso a expressões técnicas (construção, conjugação) e fornecem pretexto para pôr em prática exercícios de correcção, tendo em conta uma eliminação duradoura das incorrecções observadas.

Pelo contrário, as intervenções dos professores no quadro das incorrecções a nível da estrutura do texto, permite-nos concluir que essas incorrecções não são designadas através de vocabulário técnico, traduzindo, na maior parte das vezes, uma impressão global da leitura (incompreensível; não quer dizer nada).

Para além disso, verificam-se práticas de correcção algo brutais (refazer; reformular) sendo, poucas vezes, acompanhadas de exercícios de recuperação.

Esta situação é pedagogicamente penosa, uma vez que se o professor desconhece um determinado quadro normativo, encontra-se reduzido a fazer respeitar uma ordem sobre a qual não tem nenhum controle.

Antes de passarmos à apresentação e ao estudo dos quatro princípios de coerência textual, há que esclarecer a problemática criada pela dicotomia coerência/coesão que se encontra directamente relacionada com a dicotomia coerência macro-estrutural/coerência micro-estrutural.

Mira Mateus considera pertinente a existência de uma diferenciação entre coerência textual e coesão textual.

Assim, segundo esta autora, coesão textual diz respeito aos processos linguísticos que permitem revelar a inter-dependência semântica existente entre sequências textuais:

Ex.: Entrei na livraria mas não comprei nenhum livro.

Para a mesma autora, coerência textual diz respeito aos processos mentais de apropriação do real que permitem inter-relacionar sequências textuais:

Ex.: Se esse animal respira por pulmões, não é peixe.

Pensamos, no entanto, que esta distinção se faz apenas por razões de sistematização e de estruturação de trabalho, já que Mira Mateus não hesita em agrupar coesão e coerência como características de uma só propriedade indispensável para que qualquer manifestação linguística se transforme num texto: a conectividade².

Para Charolles não é pertinente, do ponto de vista técnico, estabelecer uma distinção entre coesão e coerência textuais, uma vez que se torna difícil separar as regras que orientam a formação textual das regras que orientam a formação do discurso.

Além disso, para este autor, as regras que orientam a micro-coerência são as mesmas que orientam a macro-coerência textual. Efectivamente, quando se elabora um resumo de um texto obedece-se às mesmas regras de coerência que foram usadas para a construção do texto original.

Assim, para Charolles, micro-estrutura textual diz respeito às relações de coerência que se estabelecem entre as frases de uma sequência textual, enquanto que macro-estrutura textual diz respeito às relações de coerência existentes entre as várias sequências textuais. Por exemplo:

Sequência 1: O António partiu para Lisboa. Ele deixou o escritório mais cedo para apanhar o comboio das quatro horas.

Sequência 2: Em Lisboa, o António irá encontrar-se com amigos. Vai trabalhar com eles num projecto de uma nova companhia de teatro.

Como micro-estruturas temos a sequência 1 ou a sequência 2, enquanto que o conjunto das duas sequências forma uma macro-estrutura.

Vamos agora abordar os princípios de coerência textual³:

1. Princípio da Recorrência⁴: para que um texto seja coerente, torna-se necessário que comporte, no seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência restrita.

Para assegurar essa recorrência a língua dispõe de vários recursos:

- pronominalizações,
- expressões definidas⁵,
- substituições lexicais,
- retomadas de inferências.

Todos estes recursos permitem juntar uma frase ou uma sequência a uma outra que se encontre próxima em termos de estrutura de texto, retomando num elemento de uma sequência um elemento presente numa sequência anterior:

a)-Pronominalizações: a utilização de um pronome torna possível a repetição, à distância, de um sintagma ou até de uma frase inteira.

O caso mais frequente é o da anáfora, em que o referente antecipa o pronome.

Ex.: Uma senhora foi assassinada ontem. Ela foi encontrada estrangulada no seu quarto.

No caso mais raro da catáfora, o pronome antecipa o seu referente.

Ex.: Deixe-me confessar-lhe isto: este crime impressionou-me. Ou ainda: Não me importo de o confessar: este crime impressionou-me.

Teremos, no entanto, que ter cuidado com a utilização da catáfora, para nos precavermos de enunciados como este:

Ele sabe muito bem que o João não vai estar de acordo com o António.

Num enunciado como este, não há qualquer possibilidade de identificar ele com António. Assim, existe apenas uma possibilidade de interpretação: ele dirá respeito a um sujeito que não será nem o João nem o António, mas que fará parte do conhecimento simultâneo do emissor e do receptor.

Para que tal aconteça, torna-se necessário reformular esse enunciado:

O António sabe muito bem que o João não vai estar de acordo com ele.

As situações de ambiguidade referencial são frequentes nos textos dos alunos.

Ex.: O Pedro e o meu irmão banhavam-se num rio.

Um homem estava também a banhar-se.

Como ele sabia nadar, ensinou-o.

Neste enunciado, mesmo sem haver uma ruptura na continuidade sequencial, existem disfunções que introduzem zonas de incerteza no texto:

ele sabia nadar(quem?),

ele ensinou-o (quem?; a quem?)

b)-Expressões Definidas: tal como as pronominalizações, as expressões definidas permitem relembrar nominalmente ou virtualmente um elemento de uma frase numa outra frase ou até numa outra sequência textual.

Ex.: O meu tio tem dois gatos. Todos os dias caminhamos no jardim. Os gatos vão sempre connosco.

Os alunos parecem dominar bem esta regra. No entanto, os problemas aparecem quando o nome que se repete é imediatamente vizinho daquele que o precede.

Ex.: A Margarida comprou um vestido. O vestido é colorido e muito elegante.

Neste caso, o problema resolve-se com a aplicação de deícticos contextuais.

Ex.: A Margarida comprou um vestido. Ele é colorido e muito elegante.

Pode também resolver-se a situação virtualmente utilizando a elipse.

Ex.: A Margarida comprou um vestido. É colorido e muito elegante. Ou ainda:

A Margarida comprou um vestido que é colorido e muito elegante.

c)-Substituições Lexicais: o uso de expressões definidas e de deícticos contextuais é muitas vezes acompanhado de substituições lexicais. Este processo evita as repetições de lexemas, permitindo uma retoma do elemento linguístico.

Ex.: Deu-se um crime, em Lisboa, ontem à noite: estrangularam uma senhora. Este assassinato é odioso.

Também neste caso, surgem algumas regras que se torna necessário respeitar. Por exemplo, o termo mais genérico não pode preceder o seu representante mais específico.

Ex.: O piloto alemão venceu ontem o grande prémio da Alemanha. Schumacher festejou euforicamente junto da sua equipa.

Se se inverterm os substantivos, a relação entre os elementos linguísticos torna-se mais clara, favorecendo a coerência textual. Assim, Schumacher, como termo mais específico, deveria preceder o piloto alemão.

No entanto, a substituição de um lexema acompanhado por um determinante, pode não ser suficiente para estabelecer uma coerência restrita. Atentemos no seguinte exemplo:

Picasso morreu há alguns anos. O autor da "Sagração da Primavera" doou toda a sua colecção particular ao Museu de Barcelona.

A presença do determinante definido não é suficiente para considerar que Picasso e o autor da referida peça sejam a mesma pessoa, uma vez que sabemos que não foi Picasso mas Stravinski que compôs a referida peça.

Neste caso, mais do que o conhecimento normativo teórico, ou lexico-enciclopédico, são importantes o conhecimento e as convicções dos participantes no acto de comunicação, sendo assim impossível traçar uma fronteira entre a semântica e a pragmática.

Há também que ter em conta que a substituição lexical se pode efectuar por

- Sinonímia-selecção de expressões linguísticas que tenham a maior parte dos traços semânticos idêntica: A criança caíu. O miúdo nunca mais aprende a cair!
- Antonímia-selecção de expressões linguísticas que tenham a maior parte dos traços semânticos oposta: Disseste a verdade? Isso cheira-me a mentira!
- Hiperonímia-a primeira expressão mantém com a segunda uma relação classe-elemento: Gosto imenso de marisco. Então lagosta, adoro!
- Hiponímia- a primeira expressão mantém com a segunda uma relação elemento-classe: O gato arranhou-te? O que esperavas de um felino?

d)-Retomas de Inferências: neste caso, a relação é feita com base em conteúdos semânticos não manifestados, ao contrário do que se passava com os processos de recorrência anteriormente tratados.

Vejamos:

P - A Maria comeu a bolacha?

R1 - Não, ela deixou-a cair no chão.

R2 - Não, ela comeu um morango.

R3 - Não, ela despenteou-se.

As sequências P+R1 e P+R2 parecem, desde logo, mais coerentes do que a sequência P+R3.

No entanto, todas as sequências são asseguradas pela repetição do pronome na 3ª pessoa.

Podemos afirmar, neste caso, que a repetição do pronome não é suficiente para garantir coerência a uma sequência textual.

Assim, a diferença de avaliação que fazemos ao analisar as várias hipóteses de respostas que vimos anteriormente sustenta-se no facto de R1 e R2 retomarem inferências presentes em P:

- aconteceu alguma coisa à bolacha da Maria,

- a Maria comeu qualquer coisa.

Já R3 não retoma nenhuma inferência potencialmente deduzível de P.

Conclui-se, então, que a retoma de inferências ou de pressuposições garante uma fortificação da coerência textual.

Quando analisamos certos exercícios de prolongamento de texto (continuar a estruturação de um texto a partir de um início dado) os alunos são levados a veicular certas informações pressupostas pelos professores.

Por exemplo, quando se apresenta um início de um texto do tipo: Três crianças passeiam num bosque. Elas brincam aos detectives. Que vão eles fazer?

A interrogação final permite-nos pressupor que as crianças vão realmente fazer qualquer coisa.

Um aluno que ignore isso e que narre que os pássaros cantavam enquanto as folhas eram levadas pelo vento, será punido por ter apresentado uma narração incoerente, tendo em conta a questão apresentada.

No entanto, um professor terá que ter em conta que essas inferências ou essas pressuposições se relacionam mais com o conhecimento do mundo do que com os elementos linguísticos propriamente ditos.

Assim, as dificuldades que os alunos apresentam neste tipo de exercícios, estão muitas vezes relacionadas com um conhecimento de um mundo ao qual eles não tiveram acesso. Por exemplo, será difícil a um aluno recriar o quotidiano de um multi-milionário, senhor de um grande império industrial, que vive numa luxuosa villa.

2. Princípio da Progressão: para que um texto seja coerente, torna-se necessário que o seu desenvolvimento se faça acompanhar de uma informação semântica constantemente renovada.

Este segundo princípio completa o primeiro, uma vez que estipula que um texto, para ser coerente, não se deve contentar com uma repetição constante da própria matéria.

Alguns textos dos alunos contrariam esta regra. Por exemplo: O ferreiro estava vestido com umas calças pretas, um chapéu claro e uma vestimenta preta. Tinha ao pé de si uma bigorna e batia com força na bigorna. Todos os gestos que fazia consistiam em bater com o martelo na bigorna. A bigorna onde batia com o martelo era achatada em cima e pontiaguda em baixo e batia com o martelo na bigorna.

Se tivermos em conta apenas o princípio da recorrência, este texto não será incoerente, será até coerente demais.

No entanto, segundo o princípio da progressão, a produção de um texto coerente pressupõe que se realize um equilíbrio cuidado entre continuidade temática e progressão semântica.

Torna-se assim necessário dominar, simultaneamente, estes dois princípios (recorrência e progressão) uma vez que a abordagem da informação não se pode processar de qualquer maneira.

Assim, um texto será coerente se a ordem linear das sequências acompanhar a ordenação temporal dos factos descritos.

Ex.: Cheguei, vi e venci.(e não Vi, venci e cheguei).

O texto será coerente desde que reconheçamos, na ordenação das suas sequências, uma ordenação de causa-consequência entre os estados de coisas descritos.

Ex.: Houve seca porque não choveu. (e não Houve seca porque choveu).

Teremos ainda que ter em conta que a ordem de percepção dos estados de coisas descritos pode condicionar a ordem linear das sequências textuais.

Ex.: A praça era enorme. No meio, havia uma coluna; à volta, árvores e canteiros com flores.

Neste caso, notamos que a percepção se dirige do geral para o particular.

3.Princípio da Não- Contradição: para que um texto seja coerente, torna-se necessário que o seu desenvolvimento não introduza nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo apresentado ou pressuposto por uma ocorrência anterior ou dedutível por inferência.

Ou seja, este princípio estipula simplesmente que é inadmissível que uma mesma proposição seja conjuntamente verdadeira e não verdadeira.

Vamos, seguidamente, preocupar-nos, sobretudo, com o caso das contradições inferenciais e pressuposicionais⁶.

Existe contradição inferencial quando a partir de uma proposição podemos deduzir uma outra que contradiz um conteúdo semântico apresentado ou dedutível.

Ex.: A minha tia é viúva. O seu marido colecciona relógios de bolso.

As inferências que autorizam viúva não só não são retomadas na segunda frase, como são perfeitamente contraditas por essa mesma frase.

O efeito da incoerência resulta de incompatibilidades semânticas profundas às quais temos de acrescentar algumas considerações temporais, uma vez que, como se pode ver, basta remeter o verbo coleccionar para o pretérito para suprimir as contradições.

As contradições pressuposicionais são em tudo comparáveis às inferenciais, com a excepção de que no caso das pressuposicionais é um conteúdo pressuposto que se encontra contradito.

Ex.: O Júlio ignora que a sua mulher o engana. A sua esposa é-lhe perfeitamente fiel.

Na segunda frase, afirma-se a inegável fidelidade da mulher de Júlio, enquanto a primeira pressupõe o inverso.

É frequente, nestes casos, que o emissor recupere a contradição presente com a ajuda de conectores do tipo mas, entretanto, contudo, no entanto, todavia, que assinalam que o emissor se apercebe dessa contradição, assume-a, anula-a e toma partido dela.

Ex.: O João detesta viajar. No entanto, está entusiasmado com a partida para Itália, uma vez que sempre sonhou visitar Florença.

4.Princípio da Relação: para que um texto seja coerente, torna-se necessário que denote, no seu mundo de representação, factos que se apresentem directamente relacionados.

Ou seja, este princípio enuncia que para uma sequência ser admitida como coerente⁷, terá de apresentar acções, estados ou eventos que sejam congruentes com o tipo de mundo representado nesse texto.

Assim, se tivermos em conta as três frases seguintes

1 - A Silvia foi estudar.

2 - A Silvia vai fazer um exame.

3 - O circuito de Adelaide agradou aos pilotos de Fórmula 1.

a sequência formada por 1+2 surge-nos, desde logo, como sendo mais congruente do que as sequências 1+3 ou 2+3.

Nos discursos naturais, as relações de relevância factual são, na maior parte dos casos, manifestadas por conectores que as explicitam semanticamente.

Ex.: A Silvia foi estudar porque vai fazer um exame. Ou também: A Silvia vai fazer um exame portanto foi estudar.

A impossibilidade de ligar duas frases por meio de conectores constitui um bom teste para descobrir uma incongruência.

Ex.: A Silvia foi estudar logo o circuito de Adelaide agradou aos pilotos de Fórmula 1.

O conhecimento destes princípios de coerência, por parte dos professores, permite uma nova apreciação dos textos produzidos pelos alunos, garantindo uma melhor correcção dos seus trabalhos, evitando encontrar incoerências em textos perfeitamente coerentes, bem como permite a dinamização de estratégias de correcção.

Teremos que ter em conta que para um leitor que nada saiba de centrais termo-nucleares nada lhe parecerá mais incoerente do que um tratado técnico sobre centrais termo-nucleares.

No entanto, os leitores quase nunca consideram os textos incoerentes. Pelo contrário, os receptores dão ao emissor o crédito da coerência, admitindo que o emissor terá razões para apresentar os textos daquela maneira.

Assim, o leitor vai esforçar-se na procura de um fio condutor de pensamento que conduza a uma estrutura coerente.

Tudo isto para dizer que deve existir nos nossos sistemas de pensamento e de linguagem uma espécie de princípio de coerência verbal (comparável com o princípio de cooperação de Grice)⁸ estipulando que, seja qual for o discurso, ele deve apresentar forçosamente uma coerência própria, uma vez que é concebido por um espírito que não é incoerente por si mesmo.

É justamente tendo isto em conta que devemos ler, avaliar e corrigir os textos dos nossos alunos.

Anotações:

1-M. H. Mira Mateus, Gramática da Língua Portuguesa, Ed. Caminho, 19923, p.134;

2-M. H. Mira Mateus, op. cit., pp.134-148;

3- "Méta-regles de cohérence", segundo Charolles, Introduction aux problèmes de la cohérence des textes, in *Langue Française*, 1978;

4- "Méta-regle de répétition", segundo Charolles (op. cit.);

5- "Les déficitivisations et les référentiations déictiques contextuelles", segundo Charolles (op. cit.);

6-Charolles aponta igualmente as contradições enunciativas. No entanto, vamos debruçar-nos apenas sobre as contradições inferenciais e pressuposicionais, uma vez que foi sobre este tipo de contradições que efectuámos exercícios em situação de prática pedagógica.

7-Charolles refere inclusivamente a existência de uma "relation de congruence" entre o que é enunciado na sequência textual e o mundo a que essa sequência faz referência;

8-Para um esclarecimento sobre este princípio, ver O. Ducrot, *Dire et ne pas dire*, Paris, Herman, 1972 e também D. Gordon e G. Lakoff, *Postulates de conservation*, *Langages* nº 30, Paris, Didier-Larousse, 1973.

Bibliografia:

Charolles, M.-Intoduction aux problèmes de la cohérence des textes, in *Langue Française*, 38, Besançon, 1978;

Fonseca, J.-Linguística e texto/discurso: Teoria, Descrição, Aplicação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1992;

Heringer, H.J. e Lima, J.P.-Palavra puxa palavra. Comunicação e gramática dependencial, ICALP, Lisboa, 1987;

Lima, J. P.-Linguagem e acção. Da filosofia analítica à linguística pragmática, Apáginastantas, Lisboa, 1983;

Mateus, M. H. M. et alii-Gramática da Língua Portuguesa, Caminho, Lisboa, 19923.